

Notas de Pesquisa

A imigração portuguesa para o Brasil a partir de uma perspectiva microanalítica

The Portuguese immigration in Brazil from a micro-analytical perspective

Ana Silvia Volpi Scott¹

asilvia@unisinos.br

Estas notas de pesquisa apresentam algumas reflexões e resultados obtidos sobre a experiência migratória portuguesa para o Brasil, com base em um projeto desenvolvido pela autora destas notas e por Oswaldo Truzzi (UFSCAR), que se intitula “A imigração invisível: portugueses no Brasil independente”².

A temática da emigração/ imigração portuguesa para o Brasil tem ocupado nossa atenção nos últimos anos. Este interesse tem sua origem vinculada às nossas pesquisas anteriores sobre a história da família portuguesa, que tratou especificamente do Minho (região noroeste do país), onde a emigração diferencial masculina para o Brasil teve um impacto profundo na organização familiar e na reprodução social daquelas populações.

Tanto a produção bibliográfica portuguesa no tocante à família em perspectiva histórica, quanto os nossos estudos apontavam para o fato de que a constante evasão de elementos do sexo masculino trazia consequências nos mais variados aspectos relativos à organização da vida familiar, que iam desde o desequilíbrio da razão de sexos, em favor da mulher, passando por índices de celibato definitivo elevados, idades avançadas ao primeiro casamento (em torno de 27-28 anos) até a significativa presença dos domicílios chefiados por mulheres – esposas, mães, filhas que eram deixadas na terra natal pelos homens que escolhiam a emigração para o Brasil como destino. Isso tudo permitia que as mulheres assumissem um papel importante diante da família e da comunidade, no momento que os homens partiam e as mulheres ficavam na terra natal³. Neste caso, a perspectiva da emigração é que motivou uma série de análises elaboradas a partir de metodologias microanalíticas (Scott, 1999a; 1999b; 2000a; 2001; 2002).

Por outro lado, e naturalmente, também a chegada dos imigrantes portugueses ao Brasil passou a ocupar nossos horizontes de investigação e passamos a refletir

¹ Unisinos, RS.

² Os pesquisadores envolvidos no projeto agradecem o apoio financeiro recebido do CNPq.

sobre esta problemática, concentrando-nos na região da província de São Paulo, na segunda metade do XIX.

A partir daí, através de um levantamento da produção bibliográfica disponível até os anos de 1990, a primeira constatação que fizemos foi o fato de que os estudos sobre a imigração portuguesa para o Brasil eram, comparativamente, menos numerosos que os dedicados a outras etnias, especialmente em se tratando dos italianos, alemães, japoneses, entre outros grupos de imigrantes.

Os estudiosos que se dedicavam ao tema detectavam o fato e procuravam explicar a lacuna com base em hipóteses variadas. Assim, em meados da década 1980, Maria Beatriz Nizza da Silva apontava a falta de estudos sobre o tema, tanto na produção historiográfica lusa quanto na brasileira (Silva, 1984). Quase dez anos mais tarde, a mesma autora retomava esta questão na introdução da publicação de uma coletânea de documentos sobre a imigração portuguesa para o Brasil (Silva, 1992). Por sua vez, no colóquio realizado em Portugal sobre Emigração/Imigração, um dos textos argumentava que, embora a produção em torno da imigração para o Brasil fosse ampla, só mais recentemente a imigração ibérica vinha chamando a atenção dos pesquisadores (Matos, 1993, p. 218). A mesma autora afirmava ainda que, no caso da produção historiográfica sobre a imigração em São Paulo, percebia-se o enfoque privilegiado de certos grupos (italianos e japoneses), de modo que inexistiam trabalhos monográficos sobre os portugueses, sua vida quotidiana, a sua atuação no mundo do trabalho etc. (Matos, 1993, p. 219).

Não deixava de ser revelador também o fato da bibliografia seletiva disponível na obra *Historiografia da imigração em São Paulo* (Fausto, 1991) conter indicações sobre italianos, japoneses, judeus, árabes, libaneses, sírios, espanhóis, enquanto que apenas três referências estavam ligadas à comunidade portuguesa. Mesmo assim, nenhuma delas citava trabalhos que tivessem sido publicados no Brasil (Serrão, 1977; Pereira, 1981; Klein, 1990).

O vazio relativo a estudos sobre a imigração portuguesa parecia começar a atenuar-se quando observávamos a produção acadêmica representada pelas dissertações de mestrado e teses de doutorado. Horacio Gutiérrez procedeu a um interessante levantamento sobre as teses brasileiras em História Demográfica, e estes estudos foram apresentados a instituições de todo o Brasil. Encontramos, entre os mais de duzentos títulos listados, 42 referências relacionadas à imigração (pouco mais de 20% do total). Embora tenham sido revelados títulos dedicados

à comunidade portuguesa (cinco no total), eles ainda estavam sub-representados (Gutiérrez, 1996).

Neste contexto, vale ainda destacar o número da revista do Arquivo Nacional, que dedicou todo um volume ao tema da Imigração (1997) e onde encontramos alguns dedicados aos portugueses.

Digno de nota é observar os textos que aparecem na obra coletiva organizada por Boris Fausto, publicada em primeira edição no ano de 1999, e intitulada *Fazer a América* (Fausto, 2000). O livro reúne um conjunto de especialistas brasileiros e estrangeiros que tratam da imigração para a América. Sobre a experiência lusa, temos o artigo escrito por Joaquim da Costa Leite, pesquisador português, que ressalta a questão da emigração (Leite, 2000). Nenhum autor abordou a temática do ponto de vista da imigração para o Brasil.

Este panorama, entretanto, modificou-se, e, de alguns anos para cá, encontramos um número mais significativo de trabalhos dedicados à temática da imigração portuguesa. Destaca-se, por exemplo, o volume da revista *Oceanos*, publicado no âmbito das comemorações dos 500 anos dos descobrimentos portugueses (2000), que reúne um conjunto de trabalhos, entre os quais uma primeira abordagem que fizemos ao tema (Scott, 2000b).

De qualquer maneira, alguns outros estudos foram aparecendo sobre a migração portuguesa para o Brasil, como a publicação do livro de Eulália Lobo (Lobo, 2001)⁴ ou do trabalho clássico de Miriam H. Pereira sobre a política portuguesa de emigração (Pereira, 2002). Também há que se destacar a recente publicação *Presença portuguesa em São Paulo*, que procura traçar um panorama do percurso dos portugueses em São Paulo (Freitas, 2006).

Outros pesquisadores têm analisado aspectos do processo migratório português para o Brasil, entre estes citamos Maria Izilda Matos, Beatriz Kusnhir, Ismênia Martins, Leila Menezes Duarte, Frederico Alexandre Hecker, Zeila Demartini, Lená Medeiros Menezes entre outros, buscando inclusive uma aproximação com estudiosos portugueses preocupados com a emigração para o Brasil⁵. Aqui cabe referir o projeto “As margens do Atlântico: migração portuguesa para o Brasil, séculos XVIII a XX”, que também tem a preocupação de integrar pesquisadores dos dois países interessados na migração portuguesa para o Brasil⁶.

A questão é refletir um pouco sobre os fatores que inibiram ou, pelo menos, retardaram o interesse dos pesquisadores dos fenômenos migratórios no que diz respeito aos estudos sobre portugueses. Pode-se supor que

³ Um dos trabalhos clássicos sobre esta questão é o de Caroline Brettell, que aponta as consequências da emigração diferencial masculina para as freguesias do noroeste português (Brettell, 1991).

⁴ Edição revista e ampliada do livro que foi publicado na Espanha, em 1994. LOBO, E.M.L. 1994. *Portugueses en Brasil en el siglo XX*. Madrid, Editorial MAPFRE.

⁵ Em novembro de 2005, realizou-se no Rio de Janeiro o “Seminário Internacional A Emigração Portuguesa para o Brasil”, e em julho de 2006 ocorreu o “II Seminário Internacional A Emigração Portuguesa para o Brasil”, na cidade do Porto, em Portugal.

⁶ Projeto aprovado no Edital CNPq 059/2005, coordenado por Tarcísio Rodrigues Botelho (PUC-MG) e integrado por Ana Silvia Volpi Scott (Unisinos), Carlos de Almeida Prado Bacellar (USP) e Margarida Durães (Universidade do Minho – Portugal).

esta lacuna se explicasse por especificidades associadas ao grupo: nem sempre os portugueses utilizavam os mesmos mecanismos de inserção na sociedade receptora que eram empregues por outros imigrantes estrangeiros. O fato de dominarem a língua do país de acolhimento lhes conferia uma certa autonomia e vantagem em relação aos demais; o auxílio de compatriotas (já há mais tempo instalados) na busca das primeiras acomodações e da primeira oportunidade de trabalho afastava uma parcela dos recém-chegados dos canais normais de recepção e encaminhamento destinados aos imigrantes estrangeiros. Além disso, deve-se referir que a inserção mais urbana desse contingente e, sobretudo, a impossibilidade de identificá-los como portugueses, pelo nome de família, distinguindo-os de brasileiros comuns cria mais dificuldades para o seu tratamento, enquanto grupo. Todos esses fatores, cumulativamente, conferiram uma relativa “invisibilidade” à imigração de origem portuguesa. Portanto, talvez isso explique a lacuna que se sentia até pouco tempo atrás.

Por outro lado, justificar o impulso dado aos estudos sobre a imigração portuguesa para o Brasil pode ser uma tarefa difícil. É possível, contudo, supor que um conjunto de fatores podem ter contribuído para o aumento do número das pesquisas e das publicações nesta temática. Talvez fosse o caso de pensar na conjuntura favorável criada pelas comemorações dos 500 anos do Brasil, tanto do lado português como do lado brasileiro. Mais importante, talvez, de um ponto de vista estritamente acadêmico, os pesquisadores podem ter tido seus interesses estimulados por novos aportes teórico-metodológicos e novas fontes a serem aplicados no estudo dos fenômenos migratórios. E foi exatamente na perspectiva desta última hipótese que o projeto “A imigração invisível: portugueses no Brasil independente” foi concebido e vem sendo desenvolvido nos últimos anos.

A produção sobre o tema revela que a maioria dos estudos disponíveis ressentia-se do fato de focalizar ora o fenômeno da emigração, de um ponto de vista dos determinantes dessa, ora os imigrantes portugueses já apanhados em solo brasileiro, tratados como grupo imigrante dotado de características específicas. Assim, inexistiam análises que contemplassem o fenômeno migratório em sua totalidade, ou seja, que identificassem e focalizassem um determinado grupo antes e depois da experiência migratória. Foi precisamente essa a idéia-chave que estimulou esta investigação: surpreender e reconstruir o percurso do imigrante português que se lançava à grande travessia do Atlântico em direção ao Brasil, tanto no ponto de partida quanto no ponto de chegada.

Em tal desenho de pesquisa, as maiores dificuldades residiam, em primeiro lugar, em reconhecer um grupo relativamente homogêneo no país de origem que tivesse se mantido coeso, geograficamente falando, ao longo de certo

tempo, no país de destino. Não é uma tarefa fácil, pois o habitual – ao menos para São Paulo – tinha sido a dispersão dos imigrantes entre as fazendas do interior paulista. Em segundo lugar, seria também difícil identificar um conjunto de fontes de pesquisa tanto no país de origem quanto no país de adoção que possibilitasse o recorte comparativo entre o antes e o depois da experiência migratória.

Tais dificuldades foram superadas ao localizarmos um grupo de imigrantes portugueses, todos originários da vila e concelho da Lousã (distrito de Coimbra, região central de Portugal), trazidos ao Brasil para trabalharem em uma colônia rural fundada em 1867, na região entre Espírito Santo do Pinhal e Mogi Mirim.

Estes pontos de partida e de chegada forneceram, então, o contexto no qual se inseriu a análise que realmente nos interessava que era a observação do fenômeno migratório numa perspectiva de microanálise focalizando os processos sociais e/ou experiências vividas. Esta opção ancora-se no reconhecimento da incapacidade que a análise agregada tem de esgotar a explicação do fenômeno, a qual passa pela observação contextualizada do meio social de partida do emigrante, do grupo familiar e do próprio indivíduo, nela convergindo fatores estruturais e históricos, uma vez que existem formas de adaptação societal à migração tão diversificadas localmente que nenhuma teoria geral de emigração pode cabalmente explicar (Alves, 1994, p. 12-13).

Importava seguir trajetórias individuais, procurando identificar comportamentos, tensões e projetos do emigrante e de sua família e as oportunidades de sua concretização (ou não) na nova terra. Procuramos conjugar, na medida do possível, o quantitativo e o qualitativo, numa perspectiva integrada de pesquisa.

Além disso, as redes familiares ou de vizinhança, responsáveis pela introdução de grande número de emigrantes, especialmente no caso da imigração portuguesa para o Brasil, só poderá emergir, em nossa opinião, a partir de estudos qualitativos, uma vez que é um fenômeno de difícil quantificação, dada a sua natureza informal.

Nossas pesquisas anteriores sobre a organização familiar portuguesa, particularmente entre os séculos XVIII e XIX e sobre a emigração de origem sírio-libanesa ocorrida ao final do século XIX, nos mostraram que a emigração constituía, em muitos casos, uma estratégia para manter a estabilidade e viabilidade da manutenção da família e da unidade de produção que mantinha o sustento da mesma (Scott, 1999b; 2000a; Truzzi, 1995; 1997; 2000). Esta linha nos fez privilegiar uma vertente de pesquisa de *cunho empírico*, que induziu a utilização de uma documentação de natureza local, mais próxima do viver e do sentir dos agentes históricos envolvidos nos fenômenos migratórios, conforme sublinhou Alves (1994).

Neste sentido, o corpo documental básico utilizado constituiu-se dos registros paroquiais referentes às comunidades selecionadas. Para o caso da comunidade portuguesa, trabalhamos com os registros paroquiais (batizados, casamentos e óbitos) da vila da Lousã entre as décadas de 1860 e 1880. Para os imigrantes radicados no Núcleo Colonial de Nova Lousã, utilizamos os registros de batizado e casamento, hoje depositados no Arquivo da Cúria Diocesana, em São João da Boa Vista-SP (os óbitos ainda não foram localizados até o momento). Além disso, tínhamos em mãos um *Mapa geral das pessoas que tem vindo para a Nova Lousã desde sua fundação*, datado de 1875, que se compõe de uma lista nominativa de indivíduos que se integraram à colônia. Esse elenco de nomes constituiu a fonte inicial para identificar os imigrantes naturais da Lousã que se dirigiram à Província de São Paulo para se instalar na colônia.

Aos registros paroquiais aplicamos a metodologia de reconstituição de famílias, utilizando-se um programa desenvolvido para este fim, que nos possibilitou a construção de um banco de dados com informações sobre os indivíduos de ambas as comunidades, a partir do qual procuramos definir o perfil demográfico das comunidades analisadas⁷. A essas fontes primárias agregamos outros tipos de documentação de caráter nominativo, como a documentação depositada no Arquivo da Universidade de Coimbra, relativa aos processos de obtenção de passaporte ou a documentação depositada na Biblioteca Pública da Lousã, ambas instituições sediadas em Portugal. No Brasil, ainda é possível que outro tipo de fonte venha a ser encontrado e se incorpore à pesquisa.

Cabe agora apresentar alguns dos resultados desta pesquisa. Optamos por abordar a questão das redes sociais criadas a partir desta experiência migratória peculiar representada pelos imigrantes portugueses da Nova Lousã.

Os colonos portugueses que se radicaram no núcleo colonial estudado, diferentemente da maioria dos imigrantes que chegaram à Província de São Paulo na segunda metade do século XIX, foram arregimentados para trabalhar como assalariados na fazenda da Nova Lousã, a partir de 1867. O núcleo colonial foi fundado no dia 6 de fevereiro daquele ano, quando registramos a chegada da primeira leva de imigrantes, trazidos pessoalmente pelo proprietário, o comendador João Elizario Carvalho Montenegro.

Em plena época da escravidão e pouco após as primeiras experiências com o trabalho livre, em regime de parceria, do senador Vergueiro em Ibicaba (Limeira), Montenegro tocava, então, sua fazenda com famílias de conterrâneos. Essa experiência pioneira, que durou pouco mais de duas décadas (em 1888 Montenegro venderia sua

fazenda), constituiu uma tentativa singular de desenvolver um empreendimento agrícola exclusivamente à base de trabalho livre e assalariado em uma economia predominantemente escravocrata (Truzzi e Scott, 2005).

Montenegro inaugurou a emigração de colonos dessa região de Portugal ao estrangeiro. Desse modo, os indivíduos que emigraram provavelmente não tinham em seus horizontes alternativas diferentes de destino. Tomaram a decisão, seja individualmente ou no âmbito familiar, apoiados em laços de parentesco e conterraneidade do grupo. Além disso, confiavam na família Montenegro (Truzzi e Scott, 2005).

O comendador Montenegro havia emigrado ele próprio, ainda jovem, ao Rio de Janeiro no início da década de 40, dedicando-se inicialmente ao comércio, como caixeiro viajante. Seu pai, embora fosse médico de prestígio, envolvera-se em lutas políticas em Portugal que lhe renderam perseguições e considerável perda de patrimônio. Montenegro emigrou, assim, aos 18 anos para tentar a sorte no Brasil, prosperou como comerciante, ficando conhecido como o “rei dos viajantes” (Martins, 1999, p. 54) e, uma vez bem-sucedido, resolveu investir seus capitais adquirindo uma propriedade que batizou como Nova Lousã.

Mas quem atendeu ao chamado de Montenegro? Que características tinham esses imigrantes? Uma análise mais minuciosa do mapa dos indivíduos arrolados por Montenegro em 1875, referido anteriormente, revela algumas características da imigração de portugueses à Nova Lousã. Dele constam 154 indivíduos, dos quais 22 (14,3%) eram mulheres, indicando uma razão de sexos elevada: 7 homens para cada mulher. O mapa não fornece dados sobre a idade dos colonos, mas através de levantamentos realizados junto ao Livro de Registros de Passaportes do Arquivo Distrital, em Coimbra, e junto aos Registros Paroquiais de Casamento da Paróquia de Espírito Santo do Pinhal, em São Paulo, pode-se inferir a idade de 76 indivíduos (67 homens e 9 mulheres) ao chegarem à Nova Lousã entre os anos de 1867 e 1875. Tomados como um todo, a idade média ao emigrar era de 22,4 anos, variando de 14,4 anos para as mulheres do grupo e 23,5 anos para os homens. Nesse conjunto havia quinze indivíduos menores de 14 anos ao dar entrada na colônia.

Tais dados sugerem uma estreita relação entre emigração e momento do ciclo de vida. Quase metade dos emigrantes encontra-se na faixa dos 20 anos, portanto no auge de suas capacidades produtivas. A concentração de indivíduos entre 14 e 29 anos (mais de 60%) indica ainda outra característica comum aos movimentos migratórios de modo geral: migram aqueles que avaliam ter pela frente ainda muitos anos de vida.

⁷ Nesta etapa contamos com a colaboração fundamental de Dario Scott, que desenvolveu todos os programas utilizados nesta investigação, a quem agradecemos publicamente. As experiências realizadas a partir do uso destes recursos informatizados foram tratadas na comunicação apresentada no Encontro da ABEP (Associação Brasileira de Estudos de População), em Caxambu/MG, em outubro de 2006 (Scott e Scott, 2006).

Contudo, por detrás de cada emigrante revelam-se diferentes estratégias familiares para se lançar à emigração. Tomemos, por exemplo, os pioneiros, a primeira leva dos que chegaram ainda em 1867. Trata-se de um grupo de 44 indivíduos, acompanhados por Montenegro para se instalarem na fazenda. Registramos uma variedade muito grande em relação à composição dos grupos familiares dessa primeira leva. Encontramos indivíduos aparentemente sós, imigrantes em grupos familiares, casais jovens sem filhos, pais e filhos, primos, irmãos. A partir do cruzamento de dados, constatamos que mais da metade desse grupo veio acompanhada de algum parente. Entre aqueles que vieram aparentemente sós, alguns trouxeram parentes tempos depois, sugerindo cadeias familiares que aos poucos foram se deslocando. É provável que muitos, apesar de não pertencerem à mesma família, se conhecessem entre si, pois habitavam a Vila da Lousã ou lugarejos relativamente próximos. Na própria preparação do processo migratório, como bem observou Scott (2006, p. 83), os futuros emigrantes se deslocavam, não individualmente, mas em grupo, até Coimbra, para requerer os passaportes necessários à saída de Portugal.

Neste caso, não foram apenas indivíduos que cruzaram o Atlântico, mas também laços de solidariedade, de confiança, a par de um conjunto de percepções e de uma cultura comum. Prova disso são as altas taxas endogâmicas do grupo na nova terra, reatualizando lealdades. Ou ainda o fato de Montenegro constar como padrinho em nada menos que 46 dos 96 batismos em que pelo menos um dos pais era português, ocorridos entre 1870 e 1888 no oratório da fazenda Nova Lousã (Truzzi e Scott, 2005).

Ao longo do tempo, configurou-se então uma rede articulada entre a Lousã em Portugal e a Nova Lousã. Essa rede tendeu a se ampliar ao longo dos anos, tanto pelas informações que chegavam por carta a Lousã quanto pelo testemunho vivo dos que retornavam de tempos em tempos. Analisando-se algumas trajetórias, percebe-se que houve claramente a disposição de alguns em permanecer durante algum tempo no Brasil, mas depois retornar a Portugal. Esse retorno à terra natal, após alguns anos, não deve necessariamente ser interpretado como fracasso, e sim como sinal de intensa mobilidade entre origem e destino, sugerindo estratégias de migração circular e um grau tênue de ruptura com a origem. Essa mobilidade, por sua vez, era favorecida não apenas pelo sistema de salários vigente na colônia, mas, sobretudo, pelas ótimas relações entre proprietário e colonos na Nova Lousã. De fato, como já se analisou em outro artigo (Truzzi e Scott, 2005), o próprio proprietário premiava com uma passagem de retorno a Portugal os colonos que permanecessem um determinado número de anos trabalhando na colônia, enquanto que, por sua vez, os próprios colonos sugeriam ao fazendeiro a contratação e importação de parentes e conhecidos.

Desse modo, sub-redes articuladas à rede original entre a Lousã e a Nova Lousã foram, com o passar do tempo, se formando, contribuindo para estabelecer na região de origem, em Portugal, certa “cultura emigratória” (Massey, 1993), perceptível até os dias de hoje.

Todos estes aspectos, sumariamente tratados, só puderam aflorar a partir da utilização de metodologias microanalíticas e do cruzamento nominativo de fontes, que podem ser aplicadas com sucesso em estudos migratórios, como fica comprovado através destas notas de pesquisa.

Referências

- Acervo. 1997. Revista do Arquivo Nacional, 10(2).
- Oceanos. 2000. Portugueses no Brasil Independente, 44.
- ALVES, J.F. 1994. *Os brasileiros: emigração e retorno no Porto Oitocentista*. Porto, Ed. do Autor, 394 p.
- BRETTELL, C.B. 1991. *Homens que partem, mulheres que esperam: consequências da emigração numa freguesia minhota*. Lisboa, Publicações Dom Quixote, 317 p. (Portugal de Perto, v. 23).
- FAUSTO, B. 1991. *Historiografia da imigração para São Paulo*. São Paulo, Editora Sumaré/FAPESP, 62 p.
- FAUSTO, B. (ed.). 2000. *Fazer a América: a imigração em massa para a América Latina*. 2ª ed., São Paulo, EDUSP, 584 p.
- FREITAS, S.M. 2006. *Presença portuguesa em São Paulo*. São Paulo, Imprensa Oficial de São Paulo, 296 p.
- GUTIÉRREZ, H. 1996. Teses brasileiras em História Demográfica (1985-1994). *Populações – Boletim do CEDHAL*, 4:11-17.
- KLEIN, H.S. 1990. *The social and economic integration of Portuguese immigrants in Brazil in the late Nineteenth and Twentieth Centuries*. (mimeo).
- LEITE, J.C. 2000. O Brasil e a emigração portuguesa (1855-1914). In: B. FAUSTO (ed.), *Fazer a América: a imigração de massa para a América Latina*. São Paulo, EDUSP, p. 177-200.
- LOBO, E. 2001. *Imigração portuguesa no Brasil*. São Paulo, Hucitec, 367 p.
- MARTINS, R.V. 1999. O elemento estrangeiro na formação da cidade. In: R.V. MARTINS (ed.), *Espírito Santo do Pinhal, 150 anos*. Pinhal, Prefeitura Municipal de Espírito Santo do Pinhal.
- MASSEY, D. 1993. Theories of international migration: a review and appraisal. *Population and Development Review*, 19(3):431-466.
- MATOS, M.I.S. 1993. Estratégias de sobrevivência: a imigração portuguesa e o mundo do trabalho São Paulo 1890-1930. In: M.B.N. SILVA; M.I. BAGANHA; M.J. Maranhão; M.H. Pereira (eds.), *Emigração/Imigração em Portugal: Actas do Colóquio Internacional sobre Emigração e Imigração em Portugal (séc. XIX-XX)*. Lisboa, Fragmentos, p. 218-237.
- PEREIRA, M.H. 1981. *A política portuguesa de emigração, 1850-1930*. Lisboa, A Regra do Jogo, 259 p.
- PEREIRA, M.H. 2002. *A política portuguesa de emigração (1850-1930)*. Bauru, EDUSC, 387 p.
- SCOTT, A.S.V. 1999a. *Famílias, formas de união e reprodução social no noroeste português (séculos XVIII e XIX)*. Guimarães, NEPS/ Instituto de Ciências Sociais-Universidade do Minho, 501 p. (Coleção Monografias, v. 6).
- SCOTT, A.S.V. 1999b. Une histoire d'adieux: l'émigration

- portugaise vers le Brésil (1822-1914). *Migrance: Éditions de Mémoire-Génériques*, 15:32-43.
- SCOTT, A.S.V. 2000a. Uma história de despedidas: a emigração portuguesa para o Brasil (1822-1914). *Revista de Ciências Humanas*, 27:29-56.
- SCOTT, A.S.V. 2000b. Verso e reverso da imigração portuguesa: o caso de São Paulo entre as décadas de 1820 a 1930. *Oceanos*, 44:126-142.
- SCOTT, A.S.V. 2001. Mulheres que ficam: o papel da mulher no contexto da emigração portuguesa nos séculos XVIII e XIX. In: E.D. LIMA e J.M. ARIAS NETO (eds.), *Violência e direitos: 500 anos de lutas: Anais do VII Encontro Regional de História*. Curitiba, Aos Quatro Ventos, p. 117-123.
- SCOTT, A.S.V. 2002. Alternativas regionais e locais à emigração para o Brasil no final do século XIX: o exemplo do Concelho de Guimarães. *Revista Brasileira de Estudos de População*, 19(1):95-111.
- SCOTT, A.S.V. 2006. Imigração e redes de sociabilidades: a migração portuguesa para a Nova Lousã (Brasil) entre as décadas de 1860 e 1880. *NW - Noroeste Revista de História*, 2:79-86.
- SCOTT, D. e SCOTT, A.S.V. 2006. Cruzamento Nominativo de Fontes: desafios, problemas e algumas reflexões para a utilização dos registros paroquiais. In: *Anais do XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. Caxambu, MG, setembro de 2006. Campinas, ABEP (CD ROM).
- SERRÃO, J. 1977. *A emigração portuguesa: sondagem histórica*. Lisboa, Livros Horizonte, 245 p.
- SILVA, M.B.N. 1984. Uma lacuna na historiografia luso-brasileira: a imigração portuguesa no Brasil. In: Anais da III Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica, São Paulo, Julho 1984. São Paulo, SBPH, p. 11-13.
- SILVA, M.B.N.D. 1992. *Documentos para a história da emigração portuguesa para o Brasil, 1850-1938*. Rio de Janeiro, Federação das Associações Portuguesas e Luso-Brasileiras, 306 p.
- TRUZZI, O. e SCOTT, A.S.V. 2005. Pioneirismo, disciplina e paternalismo nas relações de trabalho entre proprietário e imigrantes no século XIX: o caso da Colônia da Nova Lousã, em São Paulo. *Revista da Faculdade de Letras – História*, 6:339-354.
- TRUZZI, O.M.S. 1995. Sírios e libaneses em São Paulo: a anatomia da sobre-representação. In: B. FAUSTO (ed.), *Imigração e política em São Paulo*. São Paulo, Editora Sumaré/FAPESP, p. 27-69.
- TRUZZI, O.M.S. 1997. *Patrícios: sírios e libaneses em São Paulo*. São Paulo, Hucitec, 256 p.
- TRUZZI, O.M.S. 2000. Sírios e libaneses e seus descendentes na sociedade paulista. In: B. FAUSTO (ed.), *Fazer a América*. São Paulo, EDUSP, p.315-351.

Submetido em: 11/03/2007

Aceito em: 12/03/2007